

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.221 - SC (2018/0250338-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE ITAJAÍ - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC
INTERES. : VITTORIO LANZUOLO
ADVOGADO : FELIPE MATEUS BERGONSI - SC044166
INTERES. : PENINSULAR IMP. E COMERCIO DE MAQUINAS E
ALIMENTOS LTDA
INTERES. : AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE
COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. CARTA PRECATÓRIA
EXPEDIDA PELA JUSTIÇA FEDERAL. AUSÊNCIA DE VARA
FEDERAL NO JUÍZO DEPRECADO. HIPÓTESES DO ARTIGO
267 DO CPC/2015 QUE NÃO SE ENCONTRAM PRESENTES.
COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Itajaí/SC, suscitante, e o Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública Comarca de Balneário de Camboriú/SC, suscitado, nos autos de execução fiscal.

No caso, observa-se que o Juízo estadual se declarou incompetente para o cumprimento da carta precatória a ele expedida, sob a alegação de que as Cidades de Itajaí e Balneário Camboriú são Comarcas integradas, distantes apenas seis quilômetros uma da outra, bem como que o Município de Balneário Camboriú está abrangido pela jurisdição da Subseção Judiciária de Itajaí, razão pela qual inexistiria razão para o cumprimento do ato deprecado.

O Juízo Federal, por sua vez, suscita o presente conflito negativo de competência, por entender que "[...] a expedição, pelo juízo federal, de carta precatória para cumprimento de medidas executivas por juízo estadual, nas situações em que a efetivação de tais medidas executivas se dará no âmbito geográfico deste último e fora da sede daquele primeiro, está autorizada pelo parágrafo único do art. 237 do Código de Processo Civil de 2015." (fl. 30).

A Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo conhecimento do conflito para declarar competente o juízo suscitado (parecer de fls. 55-60).

É o relatório. Passo a decidir.

É firme nesta Corte o entendimento de que as cartas precatórias expedidas pela Justiça Federal deverão ser cumpridas pela Justiça Estadual, sempre que a comarca não for sede de vara federal, somente admitindo-se a recusa por parte do Juízo deprecado quando evidenciada uma das hipóteses previstas nos incisos do art. 267 do CPC/2015, o que não ocorre no caso vertente.

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA QUE RESIDE FORA DA JURISDIÇÃO DO MAGISTRADO COMPETENTE. CARTA PRECATÓRIA. RECUSA NÃO FUNDADA NAS HIPÓTESES DO ATUAL ART. 267 DO CPC. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. As hipóteses de recusa de cumprimento de carta precatória constituem rol taxativo e tinham previsão no então art. 209 do Código de Processo Civil, correspondente ao atual art. 267 do novo diploma legal, isto é, ao juízo deprecado somente é permitido devolver carta precatória quando não estiver revestida dos requisitos legais, quando carecer de competência em razão da matéria ou da hierarquia ou, ainda, quando tiver dúvida acerca de sua autenticidade, não estando, no caso em exame, a recusa do Juízo suscitado respaldada por nenhuma das hipóteses legais.

2. "Conquanto recomendável seja realizada por videoconferência, não compete ao Juízo deprecado determinar forma de audiência diversa daquela delegada, recusando-se assim ao cumprimento da deprecata"

(CC 135.834/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 31/10/2014).

3. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, o suscitado (CC 148.747/PE, Relator Ministro Ribeiro Dantas, Terceira Seção, DJe 30/11/2016).

Ainda nesse mesmo sentido, confirmam-se as seguintes decisões monocráticas: CC 162.100/SC, Relator Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe 06/02/2019; CC 162674/SC, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, DJe 19/12/2018.

Ante o exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do CPC/2015, conheço do presente conflito de competência e declaro competente para proceder ao cumprimento da carta precatória o Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública Comarca de Balneário de Camboriú/SC, o suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator